



Número: **0013227-59.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **18/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CLAUDIO JOSE WANDERLEY NEVES DE CARVALHO (AUTOR)	Braz Andre Alves da Silva (ADVOGADO)
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)	RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO)
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
44988 017	13/05/2019 10:54	Contrarrazões	Contrarrazões

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª. VARA CÍVEL DA
CAPITAL-PE**

Processo nº 0013227-59.2019.8.2001

CLAUDIO JOSE WANDERLEY NEVES DE CARVALHO , já qualificada nos autos acima referenciado, vem, respeitosa e tempestivamente, à presença de V. Exa., para apresentar suas

CONTRA-RAZÕES EM FACE DE CONTESTAÇÃO.

1 - PRELIMINARES ARGUIDAS

**1.1 – DA CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE INTERESSE
PROCESSUAL (POR NÃO REQUERER INICIALMENTE A VIA ADMINISTRATIVA).**

Inicialmente, não há se falar em falta de interesse de agir por não ter o autor buscado a indenização pela via administrativa, e isto porque o requerimento administrativo, visando o recebimento da indenização não configura pressuposto para o ajuizamento da ação de cobrança.

Nesse sentido, recentes julgados:

“ **AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Sentença que julgou extinto o feito, sem análise do mérito. Ausência de pedido de pagamento em via administrativa que não impede a propositura da ação de cobrança. Sentença anulada. Recurso parcialmente provido.**”
(Apelação nº 1008321-76.2015.8.26.0100, Rel. Des. Milton Carvalho; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 22/10/2015; Data de registro: 24/10/2015)

“**Seguro obrigatório DPVAT. Cobrança. Interesse de agir presente. Irrelevância da ausência de pedido administrativo. Prescrição. Inocorrência. Invalidez permanente. Cálculo da indenização de modo proporcional à limitação funcional. Possibilidade. Inteligência do artigo 3º, b, da Lei 6.194/74. Súmulas nº 474 e 544 do STJ. Correção monetária a partir do evento e juros de mora a contar da citação. Ação parcialmente procedente. Sucumbência recíproca reconhecida. Recurso provido em**



parte.” (Apelação nº 0011914-61.2013.8.26.0566, Rel. Des. Walter Cesar Exner; Comarca: São Carlos; Órgão julgador: 36ª Câmara de Direito Privado; Data do julgamento: 08/10/2015; Data de registro: 09/10/2015.

NO MÉRITO

2 – Requer, também, o estabelecimento de percentuais indenizatórios, de acordo com a Tabela apresentada às fls. 41, no que de pronto resta impugnada vez que, a mencionada Tabela, não apresenta todos danos os suportados em um acidente de trânsito.

Passo a analisar a constitucionalidade da tabela prevista nos Art. 31 e 32 da Lei nº 11.945/09. No caso dos autos, a seguradora alega que o seguro DPVAT deve ser pago de conformidade com o grau de invalidez acometido ao beneficiário, de modo que o valor corresponderia, de acordo com uma tabela prefixada, à sequela resultante do sinistro. Como é sabido, o sistema jurídico constitucional brasileiro é formado por princípios e regras e a Constituição, em seu art. 1º, inciso III, erigiu como princípio a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República, o que implica reconhecer que o Estado existe em função de todas as pessoas e não o contrário. Frise-se que embora um princípio não determine as condições que tornam sua aplicação necessária, estabelece, todavia, o fundamento que direciona o decisor. O respeito à dignidade da pessoa humana impõe seja qualquer indivíduo tratado como um fim e nunca como um meio. O homem tem dignidade, razão pela qual não tem preço, pois representa um valor absoluto e é insubstituível. Cada homem é fim em si mesmo, ao contrário das coisas que são substituíveis e têm preço. In casu, a tabela prevista nos art. 31 e 32 da Lei 11.945/09, além de afrontar o princípio da dignidade da pessoa humana, atenta contra os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da isonomia ao atribuir, de forma genérica, graus de invalidez. Dessa forma, lesões devem ser quantificadas não pura e simplesmente com base em valores aritméticos genéricos e abstratos, sem levar em consideração a individualidade do segurado. Assim, considero que a tabela acima mencionada viola a dignidade da pessoa humana ao promover o parcelamento do corpo humano, ferindo o ordenamento jurídico, que se destina a proteger e resguardar não somente os direitos, mas também os valores norteadores da sociedade. As Turmas Recursais Cíveis do Estado do Maranhão lançaram o Enunciado nº 26, que merece ser transcrito, dado o seu valor: Enunciado 26 - Não se aplicará a tabela anexa da Lei nº. 11945/2009 porque infringe o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico do estado de direito da República Federativa do Brasil. (Aprovado em reunião do dia 31/08/09). Considerando, como já dito, a função social do seguro DPVAT, bem como ao reduzido valor do teto máximo previsto na lei, sobre o qual não incidiu qualquer correção desde a sua fixação, e ainda a comprovação da existência de sequelas resultantes do acidente provocado por veículo automotor, declaro inconstitucional a aplicação da tabela de proporcionalidade prevista nos Art. 31 e 32 da Lei nº 11.945/09. No mérito. O pedido do requerente consiste no pagamento de indenização por seguro DPVAT, em razão do acidente de trânsito, fls. 05/06. A debilidade permanente encontra-se sobejamente demonstrada pelos documentos carreados aos autos, não restando dúvidas acerca da de sua ocorrência. O exame complementar atesta que o requerente sofre debilidade permanente no percentual de 25%. Vê-se, pois, que o pedido do requerente preenche os preceitos contidos nos arts. 3º, I e 5º da lei 6.194, in verbis: Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: II- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. Os entendimentos jurisprudenciais seguem a norma regente, senão vejamos: Seguro - DPVAT - Indenização - Valor - Fixação Ação de cobrança - DPVAT - Invalidez permanente - Recibo de quitação - Valor probante parcial - Direito do remanescente - Valor previsto na lei - Impossibilidade de aplicação de resoluções e instruções do CNSP e, razão do grau de invalidez - Fixação em salários



mínimos - Possibilidade - Condenação mantida - Litigância de má-fé. Em se tratando de indenização por invalidez permanente prevista no seguro **DPVAT**, o valor deverá ser no importe de 40 salários mínimos, conforme previsto no artigo 3, letra b da Lei 6.194/74, não se aplicando nenhuma tabela baseada em instruções ou resoluções de órgãos com funções meramente administrativas, financeiras e fiscalizadoras das operações das sociedades seguradoras, em desacordo com o texto legal específico, que fixa o valor da indenização. O recibo com quitação geral e plena, em que conste especificamente o valor pago, exonera o devedor em relação àquele valor, não podendo servir de quitação para eventuais valores remanescentes, pena de enriquecimento sem causa. A fixação da indenização em salários mínimos não constitui violação à norma constitucional, como já decidiu o STJ, haja vista que não é considerado valor de correção, mas apenas para base de cálculo do "quantum" a ser indenizado. A matéria vem sendo reiteradamente decidida pelos tribunais, não havendo divergência, sendo que a imposição do recurso em face dela constitui litigância de má-fé, nos termos do artigo 17, VII, do **CPC**. (1ª Turma Recursal de Divinópolis - Rec. nº0223.05.159239-0 - Rel. Juiz José Maria dos Reis). Acidente de trânsito - **DPVAT** - Invalidez permanente Indenização - **DPVAT** - Invalidez permanente - Fixação do **DPVAT** em salários mínimos - Valor da data da liquidação do sinistro - Legalidade. Demonstrados nos autos os danos permanentes oriundos de acidente de trânsito, impõe-se o pagamento do seguro obrigatório **DPVAT**. Ausência de vedação como indexador. O valor da indenização deve ser pago com base no valor da época da liquidação do sinistro, nos termos do artigo 5º, § 1º, da Lei nº 8.441/92 e não da data do acidente. (1ª Turma Recursal de Betim - Rec. nº 027.05.052854-9 - Rel. Juíza Sandra Eloísa Massote Neves). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO **DPVAT**. INVALIDEZ E DEFORMIDADE PERMANENTES. RESOLUÇÃO DO CNSP QUE NÃO SE SOBREPÕE À LEI FEDERAL. APLICAÇÃO DA TABELA DE QUANTIFICAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DA LEI Nº11.945/2009. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DE JUROS DE MORA. MATÉRIAS DE ORDEM PÚBLICA. APRECIACÃO DE OFÍCIO. I. Lei que regula o seguro obrigatório de acidentes pessoais não pode ser derogada por Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, por ser esse diploma de espécie normativa hierarquicamente inferior. II. O tabelamento contendo percentuais de perdas e/ou de invalidez previsto no § 1º, do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, somente se aplica após o advento da Lei nº11.945/2009, de 24 de junho de 2009. III. Omissa ou equivocada que seja a sentença e mesmo não tendo sido a matéria objeto de apelação pelas partes, nada impede que o Tribunal, de ofício, dentro do seu poder/dever de rever as decisões judiciais, esclareça a partir de quando deva incidir a correção monetária a ser paga pelo vencido, assim como os juros, por se tratar de questões de ordem pública. Precedentes. IV -Agravado regimental conhecido e desprovido para manter a decisão recorrida. (TJMA.Estando comprovado o nexo causal entre a ocorrência do acidente e os danos suportados pela requerente, bem como a sua condição de beneficiária do seguro obrigatório,

DOS PEDIDOS

1 – Diante do exposto espera sejam rejeitadas as preliminares arguidas e, no mérito, negar-lhe provimento.

2 – pelo que reitera os termos da inicial.

Nestes termos,

Pede deferimento.



Recife, 25.09.2017

BRAZ ALVES

ADVOGADO

OAB-PE 26705

